

Dimensões do Empoderamento das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família

Autoria: Nathalia Carvalho Moreira, Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima,
Maria de Fátima Lopes

Resumo: O empoderamento na perspectiva de gênero emergiu como um tema importante no campo das políticas públicas. Desse modo, ao analisar políticas de transferência de renda a partir do enfoque de empoderamento e na perspectiva de gênero, procura-se verificar em que medida essas iniciativas do Estado têm contribuído para modificar as condições de vida das mulheres. Por isso, este trabalho teve como objetivo analisar as dimensões do empoderamento alcançadas pelas mulheres beneficiárias do Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 42 mulheres beneficiárias do Bolsa Família, em nove municípios do Estado de Minas Gerais. Como procedimento para análise de dados, utilizou-se a análise de conteúdo. As categorias analisadas foram adaptadas da teoria e definidas como empoderamento econômico, sociocultural, familiar/interpessoal, legal/político e psicológico. Os resultados demonstram que o Bolsa Família propõe a diminuição de entraves relativos à participação das mulheres na conjuntura de suas vidas pública e privada por meio da divisão ou ampliação nas tomadas de decisão econômicas e familiares, fortalecendo o empoderamento, porém não atingindo todas as dimensões completamente. O PBF promove o fortalecimento da autoconfiança e autonomia das mulheres, pois estas passam a se sentir mais respeitadas na comunidade, ao legitimar-se como representantes e porta-voz da família. Entretanto, o empoderamento econômico, avaliado como fundamental para a emancipação das mulheres, é alcançado apenas parcialmente. No entanto, as mulheres que não possuem o controle dos recursos totais da família começam a tomar decisões e fazer escolhas a partir do controle do PBF. Por outro lado, ressalta-se a necessidade de conexão do PBF com atividades educacionais e produtivas de forma mais contundente, para que as mulheres possam ter mais oportunidades de emprego formal e não apenas trabalhos eventuais, precários ou subempregos, com objetivo de desenvolver suas capacidades e promover o alcance pleno da dimensão econômica, além de solidificar o processo global de empoderamento. Entretanto, o processo do empoderamento das mulheres beneficiárias é, evidentemente, impulsionado pelas ações do Programa Bolsa Família. Pelo fato de o empoderamento econômico ter sido alcançado parcialmente, ressalta-se a necessidade de uma conexão mais contundente do Bolsa Família com atividades educacionais e produtivas para as mulheres, para que estas possam ter oportunidades de inserção no mercado de trabalho por intermédio de empregos formais e não apenas eventuais ou precários, a fim de desenvolver suas capacidades, alcançar a emancipação, além de facilitar a solidificação do processo global de empoderamento.

1. Introdução

A igualdade de gênero é reconhecida desde 1948 na Declaração Universal de Direitos Humanos. Contudo, embora as mulheres ao longo do tempo tenham conquistado cada vez mais direitos, ainda percebe-se a ocorrência de discriminação e visões estereotipadas do papel feminino, principalmente no que tange à oferta de oportunidades no mercado de trabalho e ao acesso a espaços públicos de poder.

Medeiros e Costa (2008) consideram que existe uma preocupação do Estado com a feminização da pobreza e desigualdade de gênero, ou seja, as mulheres seriam um grupo maior de pobres ou em situação de exclusão.

Faria *et al.* (2000) afirmam que, para que as desigualdades de gênero sejam combatidas na conjuntura das desigualdades sociais, são necessárias práticas de cidadania para que a justiça de gênero se concretize, sobretudo devido à responsabilidade do Estado em promover a igualdade entre regiões, classes, etnias e entre mulheres e homens.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2000a), a pobreza e exclusão atingem de forma diferenciada as mulheres. Neste cenário, o Brasil ocupa o 15º lugar em relação ao índice que mede a desigualdade de gênero na América Latina, estando à frente apenas da Guatemala.

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu a igualdade entre os sexos como um dos oito objetivos voltados para o desenvolvimento do milênio, reconhecendo que seu alcance é fundamental para obtenção de todos os outros (PNUD, 2008).

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2008), os Programas de Transferência de Renda podem contribuir para o alcance dos objetivos do milênio, como uma estratégia contra a pobreza, a desigualdade social e de gênero, a baixa qualificação e a falta de profissionalização, atendendo ao processo denominado de empoderamento, a partir do desenvolvimento de capacidades (SEN, 2001) e do impulso para o desenvolvimento (ALSOP, 2005).

Por esses motivos, justifica-se a realização do presente estudo, pois o Programa Bolsa Família (PBF) pode influenciar tanto o combate à pobreza, quanto o empoderamento e a redução das desigualdades de gênero, pois, em geral, as mulheres possuem prioridade para receber e administrar os benefícios.

Portanto, este trabalho objetivou verificar quais são as dimensões do empoderamento, alcançadas pelas mulheres beneficiárias do PBF no Estado de Minas Gerais.

2. Referencial teórico

2.1. *Perspectivas de gênero e transferência de renda nas políticas públicas*

A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas decorreu do processo de democratização do Estado. Foi influenciada pelo feminismo internacional, em conferências como a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993, a Conferência sobre População e Desenvolvimento, em 1994, a Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995 além do Fórum Social Mundial, de 2001 a 2003 (FARAH, 2004).

No Brasil, em 2003, a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres ampliou as políticas públicas de gênero, expressando o interesse em reverter o padrão de desigualdade, como se observa no trecho do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres:

Deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas, e de romper com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação no plano pessoal, econômico, político e social (BRASIL, 2008).

O Quadro 1 apresenta as cinco formas de abordar as políticas públicas para mulheres, segundo Moser (1989).

Quadro 1 - Abordagens, período e ênfase das políticas públicas para mulheres

Abordagens	Período	Ênfase
Bem-estar social	1950 a 1970	Funções reprodutivas, relacionados com orientação nutricional e planejamento familiar
Equidade	1975 a 1985	Participação das mulheres no planejamento de políticas públicas
Contra a pobreza	A partir de 1970	Aumento da produtividade para as mulheres pobres
Eficiência	A partir de 1980	Participação econômica das mulheres
Empoderamento	A partir de 1975	Autoconfiança, treinamento e capacitação para participação no mercado de trabalho e atividades políticas

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de Moser (1989).

Dentre essas abordagens, destaca-se o empoderamento, porque além de outros objetivos, busca a autoconfiança e treinamento das mulheres tanto para participação no mercado de trabalho quanto em atividades políticas.

Embora as políticas públicas para mulheres tenham ampliado seu escopo, elas ainda continuam a enfatizar a maternidade como papel central das mulheres pobres (MOSER, 1989).

Segundo De Beauvoir (1949), engravidar, amamentar e cuidar dos filhos sempre se caracterizaram como funções naturais e atividades não laborais, sendo que o cuidado e a responsabilidade são valores historicamente importantes para as mulheres.

Portanto, essa visão torna-se significativa no entendimento da preferência pela mulher como beneficiária e responsável pelo controle dos recursos das políticas de transferências de renda.

Mariano e Carloto (2009) ressaltam que, ao ser incluída como beneficiária de programas sociais, a mulher torna-se representante do grupo familiar que é materializado, simbolicamente, por sua presença. Portanto, a mulher é percebida por meio do vínculo entre o ser mulher e o ser mãe, com a identidade centrada na figura de “cuidadora”.

Novellino (2004) e Costa (2008) salientam que as políticas públicas de gênero devem ser integradas, multidirecionais, promover a geração de oportunidades e focalizar as atividades produtivas das mulheres.

Lavinias (1996) argumenta que há desigualdades típicas de gênero, independentemente da classe social. Portanto, no campo das políticas públicas é relevante apropriar-se desta questão e pesquisar as possibilidades da incidência de determinadas políticas sobre a condição feminina (COSTA, 2008).

Nesse contexto, os Programas de Transferência de Renda, de países como México, Chile, Uruguai, Paraguai, Nicarágua e Brasil têm se fixado na questão de gênero, elegendo as mulheres como principais beneficiárias, ao enfatizar a maternidade como a principal função das mulheres, por meio do cumprimento das condicionalidades exigidas, tais como manter os filhos na escola e levá-los ao médico.

No México, o benefício é entregue diretamente à chefe feminina do domicílio. Segundo Marín (2010)... “o sucesso do programa *Oportunidades* se atribui ao envolvimento das mulheres, pois, quando elas se apropriam do programa, tudo começa a acontecer”.

No Chile, o pagamento do *Puente*, parte do Sistema *Chile Solidário*, também é feito às mães. Neste caso, as mães são responsáveis pelas metas a serem alcançadas para manutenção dos benefícios que são chamados de *pilares del puente* (pilares da ponte) (CHILE SOLIDÁRIO, 2010).

No Uruguai, o *Plan de Assistência Nacional a La Emergência Social (PANES)* conseguiu um acréscimo de 70% nas oportunidades de trabalho para as mulheres, após sua nomeação como beneficiárias (MIDES, 2010).

No Paraguai, conforme Ribas *et al.* (2008), a assistência do Programa *Tekoporã* deve ser bem localizada, para que as mulheres tenham condições de cumprir com as exigências de saúde e escolarização dos filhos. Neste programa, destaca-se o papel de um guia de acompanhamento familiar, que costuma visitar as mães uma vez por mês.

Na Nicarágua, o *Red de Protección Social (RPS)*, interrompido em 2006, apesar dos resultados positivos em segurança alimentar e qualidade de vida das crianças (MOSER, 2010) do mesmo modo incluía as mães como beneficiárias, porque considerava que elas administravam melhor os recursos da família (VILLATORO, 2005).

No Brasil, igualmente aos programas citados, o pagamento do PBF é feito preferencialmente às mães, que para manter o benefício têm que cumprir uma série de condicionalidades relacionadas à saúde, educação dos filhos e assistência social.

Nesse âmbito, ao analisar Programas de Transferência de Renda, como o PBF, pesquisas apontam que o benefício aumenta a capacidade de consumo das famílias (SILVA *et al.*, 2007; MEDEIROS *et al.*, 2007), produz impactos positivos na educação e saúde (BRONZO, 2008; MONTEIRO *et al.* 2008) e reflete expressivamente sobre o segmento feminino da população pobre (BRONZO, 2006; COSTA, 2007).

Costa (2008) acrescenta que uma das principais consequências do PBF é o empoderamento das mulheres, que alcançam maior independência quanto aos gastos e quanto ao cumprimento das condicionalidades.

Desse modo, ao analisar políticas de transferência de renda a partir do enfoque de empoderamento e na perspectiva de gênero, procura-se verificar em que medida essas iniciativas do Estado têm contribuído para modificar as condições de vida das mulheres.

2.2. Empoderamento

Para entender o empoderamento é necessário compreender o conceito de poder. Do latim “potere”, a palavra significa: possibilidade de, a autorização para ou faculdade de (MICHAELIS, 2000). Alinhado com a origem etimológica da palavra, Gita Sen (1997) afirma que o empoderamento envolve poder, implicando na alteração das relações de poder para que as pessoas tenham mais controle sobre suas vidas.

Em uma interpretação epistemológica do tema, Foucault (1981) assevera que esse poder é relacional e tem, como base, a rede de relações sociais entre pessoas sem a qual os relacionamentos não existiriam, sendo profundamente intrincado com e nas relações econômicas.

Bronzo (2006) sustenta a necessidade de se pensar no poder como capacidade de ser e de se expressar, o que remete à noção de capacidades, já que a crítica feminista questiona o ponto de vista do poder pela dimensão de exercício de poder sobre os outros.

Foucault (1981) argumenta que “o exercício do poder cria saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder”. Assim, por analogia, o empoderamento também pode ser interpretado da mesma forma.

Segundo Mosedale (2005), o empoderamento refere-se à construção da autonomia, tomada de decisões e controle sobre a vida.

Iorio (2002) acrescenta que o empoderamento não é algo que pode ser feito a alguém por outra pessoa. Agentes externos de mudança podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se ilustra pela extensão e rapidez com que as pessoas empoderam a si mesmas. O que as políticas e ações governamentais podem fazer é criar um ambiente favorável (GITA SEN, 1997).

Sen (1997) ressalta que, nas práticas de empoderamento por meio de projetos sociais, o foco tem sido a maior facilidade de acesso a recursos externos, em detrimento dos processos de organização de grupos e de construção de autoestima e de confiança nas pessoas.

León (2000) analisa o significado de empoderamento, tendo como referência o processo de conquista de autonomia por parte das mulheres, que tem aspectos tanto coletivos como individuais.

Na visão de Malhotra *et al.* (2002), o empoderamento das mulheres é definido por intermédio de cinco dimensões, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensões do empoderamento

DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO	
ECONÔMICA	A mulher controla o rendimento e os recursos da família. Acesso da mulher ao emprego e ao crédito
SOCIOCULTURAL	Liberdade de movimento, visibilidade e acesso aos espaços sociais, participação em grupos extrafamiliares e redes sociais, mudança nas normas patriarcais
FAMILIAR/ INTERPESSOAL	Tomadas de decisões domésticas, decisões sobre gravidez, uso de métodos contraceptivos, controle sobre a seleção do parceiro
LEGAL/POLÍTICA	Conhecimento dos direitos, exercício do direito de votar
PSICOLÓGICA	Autoestima, autoeficiência, bem-estar psicológico, denúncia de injustiças, potencial de mobilização

Fonte: Elaboração dos autores, baseado em MALHOTRA *et al.* (2002).

Estas dimensões são bastante semelhantes aos níveis de empoderamento indicados pelo Fórum Econômico Mundial, que consistem em participação e oportunidade econômica, empoderamento político, conquistas educacionais e saúde e bem-estar (FEM, 2005).

Mageste *et al.* (2008) apresentam o conceito de empoderamento como um ciclo permeando pelo nível individual (melhoria na condição de vida, conscientização, autoestima, autoconfiança e inclusão social), familiar (educação, qualificação, capacitação e melhoria das relações familiares) e comunitária (conquista e defesa de direitos, formação de grupos de apoio, organizações comunitárias, associações e ação social).

De acordo com Barlett (2004) o empoderamento inicia-se com o acesso a recursos, direitos, potencialização das capacidades e aumento de oportunidades. Seu processo refere-se a uma análise autodirigida de tomada de decisão e ação, tanto no nível individual quanto em grupo, resultando em um maior controle dos meios de subsistência e reiniciando novamente em outros níveis de vida de uma pessoa, até alcançar plenamente todas as dimensões, conforme esquematizado na Figura 1.

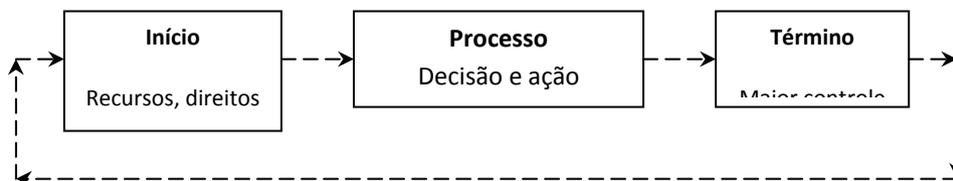


Figura 1 - Etapas do empoderamento.

Fonte: Adaptado de Barlett (2004).

Barlett (2004) evidencia a importância do empoderamento econômico das mulheres em países em desenvolvimento e mercados emergentes, o que é considerado como o início de todo o processo a partir do acesso a recursos e oportunidades.

Quanto aos parâmetros do empoderamento, Stromquist (1997) chama a atenção para a construção de uma autoimagem e confiança positiva e para a ampliação do pensamento crítico, características que identificadas em conjunto promovem maior igualdade e, conseqüentemente, maior empoderamento.

Segundo León (2000), o empoderamento das mulheres empodera também os homens no sentido material e psicológico, pois a mulher pode começar a dividir responsabilidades financeiras de sustento da casa e de cuidados com os filhos, conforme é verificado em estudos com as mulheres beneficiárias de Programas de Transferência de Renda.

A partir do exposto, percebe-se que o empoderamento é um termo complexo, de difícil conceituação e com diversas abordagens epistemológicas. Portanto, neste trabalho, não houve compromisso com a delimitação ou cerceamento da definição de empoderamento, de forma que as possibilidades de sua compreensão pudessem emergir a partir do contato com o objeto investigado, ou seja, as mulheres beneficiárias do PBF.

3. Metodologia

Este trabalho é uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizando-se como descritiva e que, de acordo com Gil (2002), tem como objetivo primordial a descrição de características de determinadas populações ou fenômenos.

Os sujeitos de pesquisa foram 42 mulheres beneficiárias do PBF, de nove municípios do estado de Minas Gerais, que foram indicadas aleatoriamente pelos gestores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), após autorização das Secretarias de Assistência Social dos municípios escolhidos para estudo.

Como técnica de coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada e individual, com 15 questões abertas (Apêndice B). Após a transcrição das entrevistas, os fragmentos dos discursos foram organizados em torno de categorias (BARDIN, 2009) que foram relacionadas com as referências teóricas.

O procedimento para análise de dados foi a análise de conteúdo que, conforme Bardin (2009), visa descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto, apoiando-se em procedimentos interpretativos e estatísticos simples que privilegiaram a frequência das categorias no texto.

Devido ao grande número de entrevistas, foi utilizado o *software* QSRN6 que facilitou a busca dos trechos mais significativos e a demarcação das subcategorias apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Categorias e subcategorias definidas

Categorias ¹	Subcategorias ²
Empoderamento Econômico	Controle dos recursos Crédito Emprego
Empoderamento Sociocultural	CRAS Escola
Empoderamento Familiar/Interpessoal	Tomada de decisão Relacionamentos afetivos
Empoderamento Legal/Político	Direitos Voto
Empoderamento Psicológico	Bem-estar

Fonte: ¹ adaptadas do referencial teórico.

² emersas da pesquisa.

4. Resultados

4.1. Caracterização dos municípios e perfil das mulheres

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que mede o grau de eficiência na gestão e cumprimento das condicionalidades, foi a base inicial para escolha dos municípios, optando-se por municípios com IGD intermediário (Quadro 4) e, posteriormente, pela acessibilidade.

Quadro 4 - Caracterização dos municípios

Região	Municípios	Beneficiários Bolsa Família ¹	IGD ¹
Metropolitana de Belo Horizonte	Contagem	21.319	0,70
	Esmeraldas	4.664	0,77
	Betim	17.024	0,68
Zona da Mata	Viçosa	4.051	0,76
	Muriaé	5.533	0,82
Sul	Três Pontas	2.707	0,72
	Santana da Vargem	660	0,86
	Varginha	1.549	0,64
	Três Corações	4.051	0,71

¹ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS (2010).

Foram entrevistadas em média 5,25 mulheres, por cidade, que apresentam média de 38,71 anos de idade, sendo que 47,61% são casadas e 52,38% solteiras, possuem em média 3,5 filhos e recebem o PBF há 28 meses aproximadamente, sendo que 57,14% são donas-de-casa, 23,8% estão desempregadas e 19,06 realizam “bicos”, enquanto 14,2% não possuem nenhuma escolaridade, 61,9% possuem ensino fundamental incompleto e 23,9% possuem ensino fundamental completo.

4.2. Empoderamento Econômico

A categoria *Empoderamento Econômico* possui as subcategorias *Controle do dinheiro*, *Emprego* e *Crédito*.

Para ilustração, no Quadro 5 apresentam-se o número de citações e a percentagem de evocação das unidades de análise em relação ao número de mulheres entrevistadas.

Quadro 5 – Análise da categoria empoderamento econômico

Categoria Empoderamento Econômico			
Subcategorias	Unidades de análise	Citações	%
Controle dos recursos	Mulher	25	59,52
	Homem	8	19,04
	Casal	6	14,28
Acesso a emprego	Facilidade	7	16,66
Acesso a crédito	Facilidade	28	66,66

Fonte: Resultados da pesquisa.

Na subcategoria *Controle dos Recursos*, a maioria das mulheres (59,52%) afirma que são responsáveis pelo controle do dinheiro da família, enquanto 19,04% relatam que é o homem é o responsável e 14,28% dizem que realizam o controle dos recursos conjuntamente com o companheiro.

Dentre as mulheres casadas que não realizam o controle dos recursos, encontram-se depoimentos de que os maridos administram o dinheiro total da casa, enquanto a mulher fica responsável exclusivamente pela gestão do PBF, como afirma E17:

Quem controla o dinheiro da família é meu marido. E eu controlo o do bolsa família (E17).

O empoderamento econômico das mulheres é considerado essencial para o progresso de um país, pois, a emancipação econômica das mulheres pode ajudar ao desenvolvimento da família e comunidade. Neste ponto de vista, percebe-se que o empoderamento econômico é impulsionado por percebe-se o início do processo definido por Barlette (2004).

Neste sentido, Malhotra *et al.* (2002) e Barlett (2004) afirmam que há empoderamento econômico para a mulher quando ela tem controle do dinheiro. Desse modo, a maioria, consegue iniciar o processo do empoderamento, pois, mesmo as mulheres que não possuem o controle dos recursos totais da família, começam a desempenhar esta função a partir do controle do PBF, conforme ressalta E22:

Antes de receber o bolsa família não tinha experiência de dinheiro, não sabia o que era cem reais, com o bolsa família hoje em dia eu sei, o que pode fazer (E22).

Quanto à subcategoria *Emprego*, apenas 16,66% das mulheres afirmam que o PBF proporcionou mais facilidade para conseguir emprego. Entretanto, vale destacar que, em alguns casos, a mulher não tem condições de trabalhar fora de casa devido à inexistência de creches para deixar os filhos, como ressalta E12:

Eu pude trabalhar mais, como eu tenho o bolsa família aí falam, vou te dar um serviço, mas não tenho creche pra minha menina pequena. Este ano arrumei trabalho e não saiu creche, aí não pude trabalhar (E12).

Neste momento, percebe-se a importância dos serviços públicos locais para assistência das mães, para que elas possam trabalhar e ter segurança que seus filhos estão sendo bem cuidados.

Grande parte das mulheres (83,34%) não atribuiu nenhuma facilidade de emprego após o recebimento do PBF, de acordo com o depoimento de E31:

Emprego não tem três anos que eu to desempregada, ta muito difícil (E31).

Segundo Sen (2001), o primeiro passo para aumentar o poder de voz da mulher dentro e fora da família, é aumentar suas oportunidades de educação e emprego (de maneira a fortalecer sua autonomia).

Por isso, ressalta-se a necessidade de vinculação do PBF a atividades educacionais e produtivas, especialmente para as mulheres de forma mais contundente, para que estas possam ter mais oportunidades de emprego formais e não apenas trabalhos eventuais ou precários, com o objetivo de desenvolver suas capacidades e alcançar plenamente o empoderamento econômico.

Quanto à perspectiva de trabalho, segundo Arriagada (2005), existem quatro principais formas de exclusão das mulheres: o desemprego, as formas precárias de inserção de trabalho, as formas de trabalho não remuneradas e a exclusão das oportunidades de desenvolver suas potencialidades.

A partir do exposto, retomam-se as afirmações de Novellino (2004) e Costa (2008), segundo os quais as políticas públicas devem integradas e multidirecionais, focalizando as atividades produtivas das mulheres.

Em relação à subcategoria *Acesso ao Crédito*, foco do empoderamento definido por Malhotra *et al.* (2002), 66,66% alegaram mais facilidade, podendo comprar “fiado” após a implementação do PBF, conforme apontam E4 e E30:

Pude comprar fiado, é uma garantia que eu vou pagar com o Bolsa Família (E4).

Eu tive mais crédito no mercado com certeza, eu sei que vou receber aí eles deixam a gente comprar (E30).

O crédito expressa o empoderamento no sentido de facilitar o acesso a recursos externos (SEN, 1997), ao aumento de oportunidades (BARLETT, 2004) e à construção de autonomia (MOSEDALE, 2005).

Além dessas contribuições o acesso ao crédito pode proporcionar maior segurança no tocante à situações de emergência familiares, além de maior empoderamento psicológico, pelo respeito alcançado na comunidade.

No sentido de reforçar a responsabilidade na administração dos recursos recebidos, grande parte das mulheres entrevistadas se mostraram preocupadas em relatar que utilizam os recursos para compra de itens básicos de alimentação, material escolar para os filhos e, eventualmente, para pagamento de despesas da casa como água e energia elétrica, possivelmente devido ao receio de perder o benefício.

4.3. Empoderamento Sociocultural

Na categoria *Empoderamento sociocultural* procurou-se identificar o acesso das mulheres beneficiadas pelo PBF a espaços sociais e à participação em grupos extrafamiliares.

Os locais mais frequentados após o PBF segundo 83,33% das mulheres, foram os CRAS dos municípios, seguindo-se as reuniões de grupos escolares (59,52%), conforme apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Análise da categoria empoderamento sociocultural

Subcategoria	Unidades de Análise	Citações	%
Acesso à espaços sociais	CRAS	35	83,33
	Grupos de Escola	27	59,52

Fonte: Resultados da pesquisa.

O CRAS é uma unidade pública do Estado, responsável pela oferta contínua de serviços de assistência em locais considerados vulneráveis, desenvolvendo serviços socioassistenciais, socioeducativos e de convivência para as famílias em situação de risco e, principalmente, para as famílias beneficiárias do PBF. Ele promove serviços e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos.

Neste sentido, resgatando a visão de empoderamento de Mageste *et al.* (2008), o contato com o CRAS pode influenciar o empoderamento relacional e comunitário e trazer impactos socioculturais para as mulheres, conforme E16:

Eu conheço bem o CRAS, fiz curso de ginástica, ponto cruz. Acho o CRAS uma boa coisa, não só material, mas pra orientação, conversar (E16).

Dessa forma, a orientação dos agentes sociais dos CRAS e os cursos realizados podem contribuir para construção de autoconfiança nas mulheres, que é um dos parâmetros para mensurar o empoderamento, segundo Stromquist (2000).

Além da orientação e convívio no CRAS, as mulheres mostram-se mais comprometidas com o estudo dos filhos, participando dos grupos e reuniões de acompanhamento sobre a escolaridade dos filhos, como relatam E2 e E13:

Eu tive mais comprometimento em relação ao estudo dos meus filhos, antes já tinha, agora tenho mais ainda... a gente vai aprendendo muita coisa (E2).

Com o bolsa família, eu fiquei mais rigorosa quanto ao estudo dos meus filhos; vou nas reuniões, agora tem que frequentar mais (E13).

Pode-se dizer que a percepção da escolaridade seria um ponto crítico a ser questionado e analisado em outros estudos, devido à essas evidências de que a educação dos filhos passaria a ser mais importante apenas depois do PBF.

Dessa forma, retomando o ponto de vista de Stromquist (1997), essa participação em grupos pode trazer habilidade para pensar criticamente e tomar decisões, acrescentando conscientização e autocontrole, que contribuem para a construção do empoderamento.

Ademais, o maior comprometimento com a educação dos filhos, conseqüentemente, traz melhorias ao desenvolvimento dos mesmos, fato que já é citado como um dos principais

resultados dos Programas de Transferência de Renda, como, por exemplo, no México, Chile, Nicarágua e Brasil.

Bate (2004), ao analisar o *Oportunidades* do México, afirma que este é um “Programa que dá poder às mulheres”, pois constatou que, antes de se cadastrarem, as mulheres raramente saíam de casa. O autor ressalta que, o fato de as mulheres receberem o benefício em seu próprio nome significou uma mudança radical no âmbito das sociedades patriarcais, principalmente do México rural, pois quando o *Oportunidades* começou, os maridos escoltavam as esposas até as reuniões.

Daí a ênfase de Malhotra *et al.* (2002) e Magest *et al.* (2008) para a importância da participação de grupos no processo de empoderamento relacional, sociocultural e comunitário.

Com o intuito de avigorar a participação em grupos extrafamiliares 90,47% das mulheres entrevistadas se mostraram frequentadoras assíduas de igrejas e grupos religiosos, o que confirma o caráter de religiosidade presente na vida das entrevistadas.

4.4. Empoderamento Familiar/Interpessoal

Na categoria *Empoderamento Familiar/Interpessoal*, foram identificadas as subcategorias *Tomada de decisão na família* e *Relacionamentos Afetivos*, por meio da percepção das mulheres entrevistadas sobre quem é responsável pela tomada de decisões na família e sobre a capacidade de escolha do momento de engravidar e casar, escolha da utilização de métodos contraceptivos e escolha do companheiro, explicados (Quadro 7).

Quadro 7 – Análise da categoria empoderamento familiar/interpessoal

Subcategorias	Unidades de análise	Citações	%
Tomada de decisão na família	Mulher	22	19,04
	Homem	2	4,76
	Casal	18	42,85
Relacionamentos Afetivos	Gravidez	37	88,09
	Métodos Contraceptivos	25	59,5
	Escolha do casamento	30	71,4
	Escolha do companheiro	38	90,47

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação à subcategoria *Tomada de decisão na família*, é importante observar somente as mulheres casadas, pois, obviamente, as mulheres que estão solteiras são responsáveis pelas decisões de suas famílias.

Dentre as 20 mulheres casadas, apenas duas afirmaram que o marido é o responsável por todas as decisões, enquanto 18 entrevistadas afirmam que as decisões da família são realizadas em conjunto com o marido, conforme enfatiza E12:

A família é um conjunto; então, as decisões têm que ser em conjunto. O homem não deve tomar todas as decisões, tem que ser os dois juntos (E12).

Segundo Costa (2003), o empoderamento das mulheres significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes autonomia. Representa um desafio ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Dessa forma, 90% das mulheres casadas consideram que as decisões devem ser tomadas em conjunto com o companheiro, o que de certa forma mostra que o referido poder dominante masculino não prevalece na maioria dos casos.

Sobre a utilização de métodos contraceptivos, 59,5% mostrou-se bem informada sobre sua utilização e possibilidade de escolha do tipo de método a utilizar, enfatizando a necessidade de prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Neste contexto,

88,08% das mulheres também relatam que tem o poder de decisão sobre o momento de engravidar.

Em relação à escolha do momento para casar, 71,4% das mulheres afirmam que possuem livre capacidade e 90,47% consideram que têm o controle sobre a seleção do parceiro, como afirmam E16 e E23:

Eu escolhi meu companheiro quando eu casei, mas agora eu quero viver sozinha (E16).

Na época, fui eu que escolhi meu marido. A mulher é que tem que escolher, este negócio de pai não, a moça mesmo é que tem que decidir e pronto (E23).

Dessa forma, foi possível encontrar características que, analisadas em conjunto, atendem tanto as dimensões do empoderamento familiar/interpessoal definidas por Malhotra *et al.* (2002), quanto as características de poder segundo Sen (1997), ao passo que as mulheres demonstram o poder de controle sobre seus corpos, sexualidade e liberdade de movimentação.

4.5. Empoderamento Legal/Político

Na categoria *Empoderamento Legal/Político* foi identificada a percepção das mulheres sobre as unidades de análise *Compreensão dos Direitos* e *Compreensão do Voto*, expostos no Quadro 8.

Quadro 8 – Análise da categoria Empoderamento Legal/Político

Subcategoria	Unidades de análise	Frequência	%
Cidadania	Voto	40	95,23
	Direitos	27	64,28

Fonte: Resultados da pesquisa.

Em relação à subcategoria *Compreensão do Voto*, 95,23% dos depoimentos mostram conscientização sobre sua importância, ressaltando que o voto é um dever e ao mesmo tempo um direito, conforme E4 e E30:

Tenho consciência da importância do meu voto, acho muito importante, se votar, não anular, não deixar em branco o voto, o país vai ser melhor (E4).

O voto é um direito nosso, tem que ter uma visão do que os nossos governantes têm a oferecer pra gente, e votar com consciência (E30).

Segundo Barlett (2004), a conquista de direitos está entre os primeiros indicativos do ciclo empoderamento, devendo permear todos os níveis individual, familiar e comunitário, enquanto na visão de Mageste *et al.* (2008) está relacionado com empoderamento comunitário.

Dessa forma, um aspecto interessante foi observado, pois, grande parte das mulheres (64,28%) alegou que, após o PBF, teve maior compreensão sobre os direitos na sociedade, relacionando diretamente estes direitos com saúde, educação e assistência social.

Dessa forma, isso também pode ser devido à existência das condicionalidades, que além de reforçar o empoderamento sociocultural das mães e impactar sobre a educação e saúde dos filhos, conforme já citado anteriormente, proporciona maior compreensão dos direitos e participação em grupos, na percepção das mulheres.

4.6. Empoderamento Psicológico

Na categoria *Empoderamento Psicológico* foram pesquisados aspectos de autoestima, autoeficiência, bem-estar psicológico e potencial de mobilização, que por dificuldade de se

ater a apenas uma unidade ou tema de análise, foram sumarizados na subcategoria *Bem-estar*, apresentada no Quadro 9.

Quadro 9 – Análise da categoria Empoderamento Psicológico

Subcategoria	Frequência	%
Bem-estar	31	73,80

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a leitura fluente de todas as entrevistas, foi possível identificar vários aspectos relacionados com o bem-estar das mulheres, sendo interessante notar que dentre as diversas unidades de análise, consideradas no presente estudo, todas tiveram relação muito próxima ao PBF.

Na percepção de 73,80% das entrevistadas, o PBF proporciona satisfação, respeito, valorização, independência e mudanças significativas em suas vidas e de suas famílias, segundo os depoimentos apresentados no Quadro 10.

Quadro 10: Depoimentos da categoria empoderamento psicológico

Entrevistadas	Fragmentos significativos
E6	com o Bolsa Família me senti mais valorizada,
E13	O Bolsa Família eu recebo ele, participo, sou bastante satisfeita,
E17	O Bolsa Família gera muita satisfação pra gente.
E24	Eu me senti mais respeitada com o Bolsa Família,
E27	O Bolsa família me deu muito mais tranquilidade pra separar dele (<i>marido</i>), foi nesta época que eu resolvi largar.
E33	Eu fico contente com o Bolsa Família, posso comprar as coisas pros meninos,
E34	O cartão do Bolsa Família no meu nome eu me sinto satisfeita, me ajuda,
E37	Com o Bolsa Família tive mais orientação, informação sobre as crianças, sobre tudo, é ótimo
E38	Depois do Bolsa Família me senti mais feliz,
E39	Mudou muito minha vida com o Bolsa Família, agora eu posso sair, passear, eu levei os meninos no zoológico, no parquinho, todo mês a gente arruma alguma coisinha pra fazer.
E41	O Bolsa família me deu independência, foi ótimo, eu voltei a estudar,

Fonte: Dados da pesquisa.

Estes depoimentos remetem à percepção de autoestima e bem-estar psicológico da visão de empoderamento de León (2000), de Malhotra *et al.* (2002) e de Mageste *et al.* (2008).

A partir dessas declarações, é possível perceber os efeitos não-materiais causados pelo recebimento do PBF nas mulheres beneficiadas.

Dentre esses relatos, a entrevistada E23 chama a atenção para a conquista de autonomia individual ligada ao pensamento de León (2000), pela possibilidade de se separar do marido após o recebimento do PBF, característica ao mesmo tempo presente na segunda fase do ciclo do empoderamento de Barlett (2004).

Neste ponto, emerge a percepção de que, embora o recebimento do benefício dependa de condicionalidades, se estas mulheres não se empregarem e, ou não conseguirem administrar o benefício, quais seriam as estratégias de sobrevivência desta família?

Na percepção das mulheres, o PBF gera satisfação e tranquilidade para cuidar dos filhos, à medida que ocorrem mudanças em suas vidas e elas passam a se sentir mais respeitadas. Por outro lado, elas também demonstram aumento de conhecimento e informação, devido principalmente ao convívio com o CRAS e grupos de escola, que além de influenciar no empoderamento individual e psicológico, está intimamente ligado com o empoderamento sociofamiliar e comunitário.

É importante ressaltar, que, no momento da pesquisa, as entrevistadas não expressaram críticas ao PBF. Todavia, algumas mulheres apontaram muitas dúvidas em relação ao valor do benefício e aos critérios de inclusão no cadastro, pois, ao compararem suas situações econômicas e número de filhos a outras famílias, não conseguem compreender o motivo de receberem valores diferentes, considerando que podem estar sendo injustiçadas.

5. Considerações finais

Retomando algumas das considerações mais importantes deste trabalho, em geral observam-se os aspectos de empoderamento sociocultural, familiar-interpessoal, legal-político e psicológico, a partir de efeitos além dos econômicos e materiais como a tomada de decisões, participação em grupos extrafamiliares, conscientização sobre direitos, autoestima e autoconfiança, confirmando-se as implicações positivas do PBF na obtenção do empoderamento das mulheres.

O PBF promove o fortalecimento da autoconfiança e autonomia das mulheres, pois estas passam a se sentir mais respeitadas na comunidade, ao legitimar-se como representantes e porta-voz da família.

Além disso, o PBF propõe a retirada de entraves à participação ativa das mulheres no contexto de suas vidas pública e privada, através compartilhamento e, ou ampliação nas tomadas de decisão econômicas. Isto significa que o compartilhamento do poder e da responsabilidade vem sendo estabelecido entre mulheres e homens na família e nas comunidades. Portanto, o processo do empoderamento econômico das mulheres beneficiárias é, evidentemente, impulsionado pela gestão dos recursos e condicionalidades do PBF.

Entretanto, o empoderamento econômico, avaliado como fundamental para a emancipação das mulheres, é alcançado apenas parcialmente. No entanto, as mulheres que não possuem o controle dos recursos totais da família começam a tomar decisões e fazer escolhas a partir do controle do PBF. Por outro lado, ressalta-se a necessidade de conexão do PBF com atividades educacionais e produtivas de forma mais contundente, para que as mulheres possam ter mais oportunidades de emprego formal e não apenas trabalhos eventuais, precários ou subempregos, com objetivo de desenvolver suas capacidades e promover o alcance pleno da dimensão econômica, além de solidificar o processo global de empoderamento.

Visto que o impacto do empoderamento nas diferentes dimensões pesquisadas parece não ser homogêneo, seria interessante a realização de novos trabalhos voltados para a mensuração dessas diferentes dimensões por grupos distintos de beneficiárias. Para pesquisas futuras, parece pertinente o aprofundamento sobre o tema com o objetivo de buscar uma medida padronizada a partir de seu significado, para as mulheres beneficiárias, para mensurar o empoderamento.

6. Referencias Bibliográficas

ALSOP, Ruth. **Empowerment: if it matters, how do we measure it?** Conference Paper. International Conference: The many dimensions of poverty. Brasil, 2005.

ARRIAGADA, I. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. In: X Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, 2005, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, 2009.

- BARLETT, A. **Entry points of empowerment**. Bangladesh, 2004. Disponível em: <http://www.communityipm.org/docs/Bartlett-EntryPoints-20Jun04.pdf>. Acesso em: 15 mai 2010.
- BRASIL, SEPM. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. 2008.
- BRONZO, C. **Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias**. 30º encontro da ANPAD. Salvador, BA, 2006.
- CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, **The Equity Gap: a second assessment**. Second Regional Conference in Follow-up to the Worls Summit for Social Development, 2000(a).
- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, 2004.
- FARIA, N.; SILVEIRA, M.L. e NOBRE, M. (orgs) Gênero nas Políticas Públicas. **Cadernos Sempre Viva**. São Paulo: SOF, 2000.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Empoderamento de mulheres**. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge & ANTUNES, Marta (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.
- LEON, M. Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder. **Revista Estudos Feministas**, CFH-CCE-UFSC. v. 8, n.2, p. 279-281, 2000.
- MAGESTE, G. S.; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. **Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações**. V Encontro de Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração. Belo Horizonte, 2008.
- MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.; BOENDER, C. **Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development**. World Bank Workshop on Poverty and Gender: New Perspectives. 2002.
- MARIANO, S. A., CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n.3, 2009.
- MARIN, R. G. H. Uma “Oportunidade” diferente. **Revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento das Américas**. Disponível em: <http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=3039>. Acesso em 15 jul 2010.
- MICHAELIS: Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2000.
- MIDES. **Ministerio de Desarrollo Social**. Disponível em: www.mides.gub.uy.

MONTEIRO, D. A. A.; FERREIRA, M. A. M.; TEIXEIRA, K. M. D. Impactos Socioeconômicos da Política Pública de Garantia de Renda Mínima: Estudo de Caso do PGRM - Viçosa, MG. **Rev. Oikos** v. 18, p. p. 105-125, 2007.

MOSEDALE, S. Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework. **Journal of International Development**, 17, 243-257. 2005.

MOSER, C. **Gender planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs.** World Development, v.17, n.11, 1989.

MOSER, C. Nicaragua's Red de Protección Social. **International Policy Centre for Inclusive Growth**, 2009. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCCountryStudy17.pdf>. Acesso em: 10 jun 2010.

NOVELLINO, M. S. F. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Set 2004.

PNUD. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.* Disponível em: <http://www.pnud.org.br/home/>

RIBAS, *et al.* Debating Targeting Methods for Cash Transfers: A Multidimensional Index vs. an Income Proxy for Paraguay's Tekoporã Programme. **International Poverty Centre**, 2008. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCEvaluationNote2.pdf>. Acesso em: 18 jul 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras. 2001.

SEN, G. Empowerment as an Approach to Poverty. Background Paper for Human Development Report 1997. **Working Paper Series**, n. 97-07. 1997.

STROMQUIST, N. **La búsqueda del empoderamiento:** em qué puede contribuir el campo de La educación. In. Leon, Magdalena (org.) Poder y empoderamento de las mujeres. Bogotá: MT editores, 1997.

VILLATORO, P. Conditional Cash Transfer Programmes: Experiences from Latin America. **CEPAL Review**, 86, pp. 83-96. 2005.